



MUNICÍPIO DE ALCOUTIM

ATA N.º 21/2016

Da reunião pública ordinária da Câmara Municipal de Alcoutim

Realizada em 09 de novembro de 2016

----- Aos nove dias do mês de novembro de dois mil e dezasseis, nesta Vila de Alcoutim, Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Sessões, reuniram-se em reunião pública ordinária, os membros da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Osvaldo Gonçalves, José Pereira, Paulo Paulino Dalila Barros e José Galrito, respetivamente presidente e vereadores do referido Órgão do Município, cuja ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa. -

----- **ABERTURA DA REUNIÃO:** -----

----- Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara, o Senhor presidente declarou aberta a reunião pelas onze horas, tendo a Câmara passado a ocupar-se do seguinte: -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** O presidente da Câmara usou da palavra para informar que o Dr. José Epifânio Martins da Graça cessou funções como Chefe de Gabinete, na Câmara Municipal de Alcoutim, a 31 de outubro, tendo sido substituído pela Drª. Maria Alexandra Marques Cavaco. Informou ainda que foi integrado igualmente como secretário, no Gabinete de Apoio à Presidência José Miguel Teixeira D'Assunção Galrito. Ainda deu nota que o o Dr. José Graça encontra-se no momento a exercer funções na Comissão

de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR - Gabinete de Comunicação). -----

----- A vereadora Dr^a. Dalila Barros interveio para lembrar que o documento solicitado (data de entrada do ofício), referente à empresa Luar do Rio, ainda não lhe foi entregue. Questionou de seguida o sr. presidente relativamente à aquisição de serviços de consultoria para o desenvolvimento da empresa Becorp – Consultoria e Projetos. -----

----- O presidente da Câmara interveio para esclarecer que a aquisição dessa empresa prende-se com a preparação de uma candidatura ao Grupo Operacional da Floresta para o Nordeste, dado que, *“assumimos a liderança dessa candidatura que é constituída por um conjunto de parceiros, que elaboraram a mesma com recurso a essa consultoria”*. Continuou referindo que apesar de possuímos técnicos dentro da Edilidade para efetuar candidaturas, houve a necessidade de contratar a referida empresa, uma vez que carecia de conhecimentos e procedimentos técnicos específicos na área. Ainda deu nota dos montantes e financiamento envolvidos. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para frisar que gostava que o sr. presidente esclarece-se *“hoje, aquilo que referiu”*, na última reunião extraordinária da Câmara Municipal, no que concerne à aprovação do Orçamento Municipal (OM) e Grandes Opções do Plano (GOP), nomeadamente às contas do anterior executivo, no ano de 2011, dado que referiu *“que não estavam bem”*. -----

----- O presidente da Câmara interveio para mencionar que a sua intervenção pode não ter sido percetível, porém, nunca afirmou que *“as contas não estavam bem”*, referindo-se apenas à questão do equilíbrio da execução orçamental nas prestações de contas dos anos 2015, 2014, 2013, 2012 e 2011, no que concerne a receitas e despesas de capital. Dando nota ainda que informou que o equilíbrio orçamental nos anos 2012/2011, em termos de execução orçamental não estava a ser cumprido, uma vez que se encontra explanado nas referidas contas, que *“existe mais receita de capital do que despesa de capital”*, nesses anos (2011/2012). -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para lembrar que na anterior reunião, aquando da discussão do assunto, alertou para o facto, de não

R

concordar com essa afirmação “ *dado que isso era ilegal*”, tendo o presidente salientado que “*o anterior executivo tinha utilizado receita de capital para pagar despesa corrente, tal como agora, cometeu outro erro ao referir que existe mais receita de capital do que despesas de capital*”. Continuou dando nota que “*o anterior executivo utilizava, como os senhores utilizam*” o saldo de gestão do ano anterior para injetar no orçamento em correntes e capital, apesar da recomendação do Tribunal de Contas e da lei enunciar que se deve dar primazia ao investimento, “*foi isso que foi referido agora, e o senhor presidente disse que não foi bem assim*”. -----

----- O presidente da Câmara interveio para mencionar que apenas referiu o que consta no mapa/folha da prestação de contas do ano de 2015. -----

----- O vereador José Pereira interveio novamente para referir que a afirmação do presidente “*foi um pouco confusa na altura, e ficou com dúvidas*”, e como tal questiona se a informação prestada teve como base as recomendações/questões colocadas pelo Tribunal de Contas, em 2011. -----

----- O presidente da Câmara usou da palavra para salientar que a informação prestada encontra-se explanada no mapa (página 10-39), da prestação de contas do ano de 2015, “*e citou o ano de 2011, em que a receita de capital é de € 4.514.380,62 e as despesas de capital são de € 3.692.074,00, portanto a receita de capital é superior à despesa de capital*”. -----

----- O vereador José Pereira interveio para relembrar novamente que o presidente foi alertado igualmente pelo Chefe de Divisão, Dr. José Pires, e que quando afirmou, durante a reunião, “*que essa situação era ilegal, o presidente referiu que o anterior executivo utilizava a receita de capital em despesa corrente*”. Continuou referindo que o presidente não soube explicar o assunto, e “*quis mais uma vez justificar-se com o que era praticado no anterior executivo*”. Salientou ainda que o Tribunal de Contas visou as contas do ano de 2011, após prestação de esclarecimentos, às questões colocadas pela referida entidade, e como tal considera “*se as contas estão visadas é porque não estão mal, ou não é esse o entendimento*”. Finalizou frisando que é lamentável que o “*presidente se justifique com as contas e que diga que existe mais responsabilidade agora do que no passado. Continuam obcecados pelo*

passado", e como tal espera que as contas de 2014, 2015, 2016 e 2017 venham a ser aprovadas pelo Tribunal de Contas, tal como foram no passado. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **INFORMAÇÕES DIVERSAS - FINANÇAS MUNICIPAIS:** - Foi presente o resumo diário modelo T-dois da Tesouraria (n.º212) respeitante ao dia 08 de novembro, que apresentava os seguintes resultados: -----

----- Total de Movimentos de Tesouraria - € 1.851.248,83; -----

----- Operações Orçamentais - € 1.597.031,06; -----

----- Operações Não Orçamentais - € 246.805,62. -----

----- **APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:** O sr. presidente pôs à discussão a: -----

----- **Ata n.º 19/2016**, da reunião pública ordinária, realizada no dia 26 de outubro de 2016, cujo texto foi previamente distribuído pelos membros presentes. -----

----- O vereador José Pereira interveio para mencionar que não corrobora com o conteúdo da Ata, dado que, a mesma não reflete algumas considerações/comentários que abordou na referida reunião exemplificando com alguns extratos da mesma (página 3 e 4), obtendo de seguida a concordância do vereador Paulo Paulino, pelo que, após sugestão deste, o ponto foi retirado.-----

----- **ATRIBUIÇÃO DE APOIO ECONÓMICO A FAMÍLIA CARENCIADA/REQUERENTE MARIA ZÉLIA ESTEVÃO MARQUES – PROCESSO N.º 12/2016:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea v) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro atribuir uma comparticipação financeira, no montante de € 2.500,00, à sr.ª D. Maria Zélia Ramos Estevão Marques, para fazer face às despesas com o pagamento de obras de recuperação da habitação. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ALCOUTIM – SISTEMA DE SEGURANÇA, MEDIDA DE AUTOPROTEÇÃO, FORMAÇÃO E SIMULACRO NO CENTRO INFANTIL “ A JOANINHA” – COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro atribuir uma comparticipação financeira, no montante de € 5.000,00 à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcoutim, para fazer face às despesas com o projeto e a instalação do equipamento de segurança contra incêndios. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a referida proposta. -----

----- Os vereadores Srs. José Pereira e Dr^a Dalila Barros não participaram na discussão e votação deste ponto, por se considerarem impedidos e parte interessada, nos termos do n.º 6 do artigo 55.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e artigos 69.º e seguintes do Código de Procedimento Administrativo. -----

----- **ATRIBUIÇÃO DE APOIO ECONÓMICO A FAMÍLIA CARENCIADA/REQUERENTE ANDREIA NABAIS CIPRIANO – PROCESSO N.º 13/2016:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea v) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro atribuir uma comparticipação financeira, no montante de € 558,62, à sr.^a D. Andreia Nabais Cipriano, para fazer face às despesas com a aquisição de máquinas de vapores e pagamento de infantário. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade,

5

aprovar a referida proposta. -----

----- **FUNDO MANEIO PARA O ANO DE 2016 – ALTERAÇÃO DE RESPONSÁVEL:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar que seja reposto, à data de 31 de outubro de 2016, o fundo maneiio, detido pelo Dr. José Epifânio Martins Graça, bem como que seja constituído um novo fundo maneiio, com as mesmas caraterísticas e montante, a 01 de novembro, e que o responsável seja a Dr^a. Maria Alexandra Marques Cavaco. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **CENTRO CULTURAL E RECREATIVO DE AFONSO VICENTE – COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro atribuir uma comparticipação financeira, no montante de € 200,00 Centro Cultural Social Recreativo de Afonso Vicente, para fazer face às despesas com a organização de convívio, a realizar no dia 19 de novembro de 2016. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E A ASSOCIAÇÃO INTER-VIVOS – PROGRAMA DE OBESIDADE:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro aprovar o protocolo em epígrafe, e com a base na mesma disposição legal, atribuir à Associação Inter-Vivos, uma comparticipação financeira, no valor de

€ 12.980,00, conforme e nos termos da cláusula segunda do referido protocolo.

----- A vereadora Dr^a. Dalila Barros interveio para alertar para as falhas detetadas no conteúdo do documento, tendo o sr. presidente da Câmara referido que as mesmas já se encontram sanadas. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E A ASSOCIAÇÃO INTER-VIVOS – FUTSAL ÉPOCA DESPORTIVA 2016/2017:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro aprovar o protocolo em epígrafe, e com a base na mesma disposição legal, atribuir à Associação Inter-Vivos, uma comparticipação financeira, no valor de € 12.294,00, conforme e nos termos da cláusula segunda do referido protocolo. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a referida proposta. -----

----- **ATRIBUIÇÃO DE APOIO ECONÓMICO A FAMÍLIA CARENCIADA/REQUERENTE AGOSTINHO MANUEL FERNANDES SILVESTRE – PROCESSO N.º 14/2016:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea v) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro atribuir uma comparticipação financeira, no montante de € 250,75, ao sr. Agostinho Manuel Fernandes Silvestre, para fazer face às despesas com a aquisição de óculos. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ETNOGRÁFICO DE**



MARTIM LONGO (ADECMAR) – COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA, NO ÂMBITO DA IX FEIRA DA PERDIZ: Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira, no montante de € 2.500,00, à ADECMAR, para fazer face às despesas com a IX Feira da Perdiz. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não se realizaram intervenções. -----

----- **MINUTA DA ATA:** Nos termos e para os efeitos do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, bem como o disposto no nº 4 do artigo 20º do Regimento da Câmara Municipal de Alcoutim, foram deliberadas na Reunião de Câmara de 09 de novembro de 2016, as propostas acima referidas, e para que as mesmas adquiram eficácia, conforme previsto no nº 4 do artigo supra citado, foi lida a minuta da Ata, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

----- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** - E nada mais havendo a tratar, pelo Excelentíssimo Senhor presidente, foi encerrada a reunião, pelas onze horas e cinquenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que está conforme a minuta aprovada no final da mesma e vai ser assinada pelo senhor presidente e por mim, José Domingos Teixeira Pires, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Cultura e Desporto, da Câmara Municipal de Alcoutim que a redigi, e mandei lavrar. -----

O presidente

O Secretário